

Atitudes, cognição e participação política: padrões de influência dos ambientes de socialização sobre o perfil político dos jovens

Mario Fuks

Departamento de Ciência Política
Universidade Federal de Minas Gerais

Resumo: O debate sobre o papel da socialização na aquisição de conhecimento, na formação das atitudes e no padrão de participação política do jovem nos lembra, constantemente, que a família e a escola são os ambientes definidores nesse processo. Mas isso não esclarece uma série de questões. Uma delas é a interação entre os diversos fatores que compõem esses contextos socializadores e os mecanismos por meio dos quais eles geram efeitos sobre o perfil político dos jovens. Essa dinâmica é o foco do presente artigo e o nosso principal argumento é que ela cria padrões distintos na influência desses ambientes sobre o perfil político do jovem, dependendo da dimensão considerada. Nossas análises são feitas a partir dos dados de um survey realizado em 2008 com jovens do ensino médio da cidade de Belo Horizonte.

Palavras-chave: socialização política; atitudes políticas, participação política; conhecimento político; jovens

Abstract: The debate about the role of socialization in the acquisition of political knowledge, attitudes and participation of young people reminds us constantly that the family and school environments are the crucial factor in this process. But this does not answer a number of questions. One of them is the interaction between the various factors that comprise these environments and the specific mechanisms through which they generate effects on the political profile of young people. This dynamic is the focus of this article and our main argument is that it creates distinct patterns of influence of these environments, depending on the dimension considered. Our analyzes are based on data from a survey conducted in 2008 with high school students of the city of Belo Horizonte, Brazil.

Keywords: political socialization; political attitudes; political participation; political knowledge; youth

Introdução

O debate sobre o papel da socialização na aquisição de conhecimento, na formação das atitudes e no padrão de participação política do jovem nos lembra, constantemente, que a família e a escola são os ambientes definidores nesse processo. No campo da cultura política (ALMOND, VERBA, 1989 [1963]), em estudos sobre novas formas de engajamento cívico (ZUKIN, KEETER, ANDOLINA, JENKINS, DELLI CARPINI, 2006), na literatura sobre educação cívica (SLOMCZYNSKI, SHABAD, 1998; ICHILOV, 2007; FINKEL, ERNEST, 2005; FINKEL, 2003) ou nas investigações sobre participação política (VERBA, BURNS, SCHLOZMAN, 2003; VERBA, SCHLOZMAN, BURNS, 2005; NIE, JUNN, STEHLIK-BARRY, 1996; CAMPBELL, 2006), o que, invariavelmente, encontramos é a apresentação de evidências de que as estruturas, fenômenos e processos associados aos ambientes familiar e escolar têm consequências substantivas no perfil político do jovem e, futuramente, do adulto.

A tese de que ambientes familiares e escolares distintos contribuem, de forma expressiva, para a explicação da diferença das atitudes, habilidade cognitiva e engajamento político dos jovens foi confirmada por nosso estudo. Mas isso não esclarece uma série de questões. Uma delas é a interação entre os diversos fatores que compõem esses contextos socializadores e os mecanismos por meio dos quais eles geram efeitos sobre o perfil político dos jovens. Essa dinâmica é o foco do presente artigo¹ e o nosso principal argumento é que ela cria padrões distintos na influência desses ambientes sobre o perfil político do jovem, dependendo da dimensão considerada.

Nossas análises foram realizadas a partir dos dados de um survey, aplicado em 2008, com jovens do ensino médio da cidade de Belo Horizonte. Uma amostra não-aleatória² de 351³ casos foi elaborada com a finalidade de identificar os efeitos da participação no Parlamento Jovem mineiro⁴ sobre o comportamento, o conhecimento e as atitudes políticas de jovens⁵.

¹ No Brasil, outros estudos sobre juventude e comportamento político adotaram enfoques diferentes do que apresento aqui. Venturi e Abramo (2000) procuraram fazer um diagnóstico mais amplo sobre a juventude brasileira, cobrindo aspectos culturais, políticos e econômicos. Outros trabalhos analisaram as visões dos jovens sobre a política institucional (CASTRO, 2008; FLORENTINO, 2008). Os trabalhos de Baquero e Baquero (2007) e de Nazzari (2006) discutem a participação política dos jovens, além de enfatizar o papel da educação no processo de socialização política. Schmidt (2001), por sua vez, investiga a constituição de atitudes políticas nos jovens brasileiros dos anos 1990, no contexto do debate sobre a consolidação da democracia brasileira. Por fim, o relatório de pesquisa de dados nacionais realizado pelo Ibase, em parceria com o Instituto Polis (2005), apresenta uma análise sobre diversos aspectos da participação política dos jovens no Brasil.

² Portanto, os resultados aqui apresentados, embora sejam bastante sugestivos e tenham como referência um amplo número e, especialmente, variedade de tipos de escola, não têm validade estatística para o conjunto de alunos de ensino médio de Belo Horizonte.

³ O grupo de tratamento é composto por 176 jovens e o grupo de controle, por 175. Os alunos estão distribuídos da seguinte forma entre os quatro tipos de escola: 99 alunos de escolas particulares de elite; 91 alunos de escolas particulares de classe média; 98 alunos de escolas públicas militares; 63 alunos de escolas públicas. Do total de entrevistados, 134 são do sexo masculino e 217 do sexo feminino. Quanto à raça/cor, foram entrevistados 132 jovens brancos, 143 pardos, 27 pretos, 31 amarelos, 11 indígenas, além dos 7 casos que não foram classificados.

⁴ O Parlamento Jovem é promovido pela Escola do Legislativo, vinculada à Assembleia Legislativa de Minas Gerais, em parceria com o curso de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica (PUC Minas) e é destinado aos alunos do ensino médio das escolas das redes pública e privada de Belo Horizonte. Suas atividades se desenvolvem durante um semestre, concentradas em três dimensões: de formação política, de capacitação e de participação no Parlamento.

⁵ A pesquisa seguiu um desenho quase-experimental com pré-teste e pós-teste e grupo de controle, sem randomização, porém com emparelhamento. A randomização não pode ser feita, em função da natureza do estudo, pois a escolha dos indivíduos que participam do Parlamento Jovem está fora do controle dos pesquisadores e não segue critérios aleatórios. O emparelhamento entre o grupo de tratamento e o grupo de controle foi feito por meio da seleção de estudantes de outras escolas que não participaram do Parlamento Jovem, com base em certas características importantes como, por exemplo, se eram públicas ou privadas e o valor das mensalidades nas escolas privadas. Ao todo, jovens de 14 escolas foram entrevistados. Houve dois momentos de mensuração: a) o primeiro ocorreu no início do Parlamento Jovem e; b) o segundo, ao final do projeto. Apenas os

O artigo divide-se em três partes, cada uma delas analisando o padrão de influência dos ambientes socializadores sobre uma das três dimensões do perfil político dos jovens: o conhecimento sobre política, a participação política e as atitudes políticas.

Primeiro padrão: conhecimento político

Quem ensina o conhecimento político para o jovem? A formulação da pergunta já dá uma pista quanto à resposta correta: a escola e os pais. Esses são os dois principais meios de transmissão do conhecimento político entre gerações. Mas as escolas e os pais são diferentes entre si. Alguns pais são mais escolarizados do que outros e algumas escolas oferecem melhores condições de acesso à informação política⁶ do que outras. Portanto, aprende mais sobre política o jovem cujos pais têm alta escolaridade e aqueles que frequentam escolas que oferecem condições favoráveis para a aquisição de conhecimento político. Em geral, essas duas coisas caminham juntas, de tal forma que o jovem que tem pais com alta escolaridade também está matriculado nas escolas mais bem servidas de recursos informacionais.

Mas há também o aspecto propriamente político do ambiente familiar, com a vantagem para contextos em que os pais são politicamente ativos e em que há um fluxo permanente de informação política. Não por acaso, estudos recentes (ANDOLINA, JENKINS, ZUKIN, KEETER, 2003; VERBA, SCHLOZMAN, BURNS, 2003) têm chamado a atenção para a influência dos modelos de comportamento que o jovem encontra em casa, em especial a participação política e o hábito de conversar sobre a política. Em sintonia com esses estudos, os nossos dados fornecem evidências de que quem tem membros da família politicamente ativos e tem mais oportunidade de conversar e de se informar sobre política em casa tem também mais conhecimento político.

Isso significa que a participação dos pais, dependendo do ambiente familiar, pode compensar o efeito negativo da escolaridade dos pais ou potencializar o seu efeito positivo. Em outras palavras, jovens formados por pais com baixa educação formal, mas com alto nível de ativismo político, têm boas chances de acumular um estoque considerável de conhecimento político. Já os jovens cujos pais, além de terem frequentado o ensino superior, estão vinculados a instâncias e associações participativas tendem a ser politicamente sofisticados.

Mais do que na família, é na escola que o jovem apreende a política. Há um aumento linear da média de conhecimento quando se passa da escola pública até chegar à escola particular de elite. Mesmo controlando por uma série de atributos do ambiente familiar e do indivíduo, o ambiente escolar permanece sendo o fator com maior potencial explicativo em nosso modelo (Tabela 1).

dados da primeira onda de entrevistas, a qual antecede a experiência de participar no Parlamento Jovem, serão analisados aqui. A primeira onda de entrevistas foi realizada entre fevereiro e março de 2008.

⁶ O acesso à informação foi medido pelo número de computadores, pela sua disponibilidade de uso e pelo número de assinaturas dos principais jornais e revistas nacionais. Em relação às oportunidades de participação dentro da escola enquanto aspecto fomentador do interesse e da busca de informação política, levamos em conta a existência de trabalho voluntário e de estruturas de participação, como, por exemplo, o grêmio estudantil com espaço próprio dentro da escola e o direito de participar do Conselho da Escola. A análise do ambiente informacional das escolas apenas reforçou o que os dados apresentados neste artigo já apontam a partir dos tipos de escolas, mostrando que as escolas particulares, com destaque para as escolas de elite, superam as demais. Esse conjunto de informações foi coletado mediante um questionário aplicado aos coordenadores das escolas que participaram da pesquisa.

Além do impacto dos ambientes de socialização sobre o conhecimento do jovem, as suas características individuais também contam. Nesse caso, o atributo individual relevante não poderia ser outro senão o interesse por política, em especial a sua expressão ativa na busca de informação política⁷.

Tabela 1
Modelo de Regressão Linear

Variável Dependente: Conhecimento Político		
	B	B Padronizado
Constante	25,725***	
Posição de classe do pai (0 = não elite)	-0,473	-0,011
Escolaridade dos pais	4,573**	0,19
Participação dos pais	2,582**	0,122
Exposição à informação política	0,795***	0,214
Tipo de escola (0 = pública)		
Militar	7,345**	0,156
Particular - classe média	10,117**	0,21
Particular – elite	15,847***	0,338
N	351	
R ² Ajustado	0,318	
Teste F	24,333***	

*** Estatisticamente significativa a 0,01

** Estatisticamente significativa a 0,05

Mas, por que a classe social não se mostrou relevante em nosso modelo? Essa dissociação entre a posição de classe do pai e o conhecimento político dos filhos expressa que a classe não é um meio transmissor de conhecimento. Mas ela é um excelente preditor do tipo de escola, da escolaridade dos pais e da participação dos pais, ou seja, dos principais fatores que definem a quantidade e a qualidade de informação política transmitida. O que ilustra bem isso é o fato de que as portas das escolas que têm um bom desempenho na transmissão da informação política se abrem com muito mais facilidade para os estratos socioeconômicos mais altos.

Os efeitos indiretos da classe na dinâmica de aquisição de conhecimento político seguem duas trajetórias. A primeira delas passa pelo tipo de escola, com a classe “empurrando”, para cima ou para baixo, a escolaridade dos pais e ambas tendo impacto na seleção do tipo de escola que o jovem frequenta. A segunda tem como termo intermediário a participação política dos pais, esta contribuindo para a formação de um ambiente politicamente estimulante.

Mas, como já identificado, a escolaridade e a participação dos pais e a escola são os meios específicos ativados pelo processo de transmissão do conhecimento sobre política. Portanto, se tiver a sorte de ter pais escolarizados e que fomentem um ambiente politicamente estimulante na família e nos

⁷ Nos modelos apresentados neste artigo, optei por utilizar o índice de exposição à informação política como proxy de interesse por política. Em testes realizados durante a pesquisa, o efeito do interesse foi “capturado” pela exposição à informação política, perdendo parte do seu poder explicativo sempre que esta era incluída no modelo. A correlação alta entre o interesse e a exposição à informação política (r de Pearson de 0,505) reforça a nossa posição. Nesse sentido, sempre que nos referirmos a interesse por política, trata-se desta modalidade mais exigente, próxima do que Zaller (1992) chama de “engajamento intelectual”.

seus círculos mais próximos, o jovem terá enormes chances de ser politicamente bem-informado. Se, além disso, ele frequentar as escolas mais bem servidas pelos recursos que permitem o acesso à informação e que estimulam o interesse por política, o jovem terá a seu favor todas as condições sociais que distinguem o seletor grupo da população considerado politicamente sofisticado.

Segundo padrão: participação política

Nesta seção, buscamos entender o processo mediante o qual os jovens se tornam cidadãos participativos. Veremos que ele ocorre de duas formas complementares. A primeira é a transmissão imediata, embora nem sempre direta, das rotinas participativas. A segunda depende de um processo de duração mais longa, gerando a participação como efeito tardio.

O nosso argumento é que pensar a influência dos ambientes familiar e escolar a partir de um modelo que inclua os efeitos diretos, os efeitos indiretos e os efeitos tardios permite uma melhor compreensão do processo de transmissão intergeracional da participação política. A força desse argumento reside em duas considerações: 1) não podemos transpor, automaticamente, um modelo que explica a participação política de um indivíduo para um modelo sobre a sua transmissão intergeracional, e isso vale, especialmente, para o efeito da escolaridade e da classe social dos pais sobre a participação política dos filhos; 2) como se trata de um processo de formação do perfil político e como a maioria dos alunos de ensino médio ainda não alcançou uma faixa etária politicamente ativa, não se pode esperar que todos os efeitos sobre a participação ocorram de forma imediata.

Nos estudos sobre participação política, a escolaridade e o engajamento político dos pais têm sido apontados como os elementos decisivos na formação do perfil político do jovem (JENNINGS, STOKER, BOWERS, 1999; HILLYGUS, 2005; JENNINGS, 2000; ZUKIN, KEETER, ANDOLINA, JENKINS, DELLI CARPINI, 2006; VERBA, SCHLOZMAN, BURNS, 2005; VERBA, BURNS, SCHLOZMAN, 2003). Alguns autores têm chamado a atenção também para o tipo de escola que o jovem frequenta (ICHILOV, 2007; ANDOLINA, JENKINS, ZUKIN, KEETER, 2003; NIEMI, CHAPMAN, 1998). Nossa análise confirma a tese da centralidade do efeito da participação dos pais, mas, em relação ao impacto da escolaridade dos pais, ela identifica um padrão menos convencional.

Para a nossa surpresa, uma primeira leitura dos dados revelou que variáveis clássicas, como a classe do pai⁸, a escolaridade dos pais e o tipo de escola em que o filho estuda, não têm relação com a participação política do jovem (Tabela 2). Os fatores que, de fato, importam são a participação dos pais, o hábito de se informar, a eficácia política subjetiva e ser religioso.

⁸ Incluímos, em todos os modelos apresentados neste artigo, variáveis referentes à ocupação profissional dos pais. Como a classe não se revelou relevante em nenhum dos modelos de efeito direto e não mudou os efeitos das demais variáveis, por parcimônia, optamos por incluir, em nossos modelos, apenas a escolaridade dos pais como indicador da condição socioeconômica da família.

Tabela 2
Modelo de Regressão Linear

Variável Dependente: Escala de Participação Política		
	B	B Padronizado
(Constante)	4,203	
Tipo de escola (0 = pública)		
Militar	-0,566	-0,96
Particular - classe média	-0,673	-0,111
Particular – elite	0,255	-0,042
Escolaridade dos pais	-0,17	-0,057
Participação dos pais	0,788***	0,3
Exposição à informação política	0,103***	0,225
Eficácia política subjetiva	0,669**	0,124
Propensão a debater	0,369	0,066
Postura Crítica	0,515	0,122
Religioso	0,677**	0,12
Sexo (0 = feminino)	-0,433	-0,08
Raça (0 = preto)	0,528	0,054
N	351	
R2 Ajustado	0,254	

** Significativo a 0,05

*** Significativo a 0,01

São vários os atributos individuais que têm efeito sobre a participação do jovem, em especial, motivacionais, como o interesse ativo por política (manifesto na exposição à informação) e a eficácia política. O envolvimento de jovens religiosos com o trabalho voluntário parece ser outra fonte da participação política, responsável também pela propensão a participar de outros tipos de atividades.

Já no ambiente familiar, a transmissão intergeracional da participação política depende exclusivamente da participação política dos pais. Os impactos mais expressivos da dimensão socioeconômica do ambiente familiar e do contexto escolar sobre o comportamento político do jovem não são diretamente observáveis. Eles seguem duas principais trajetórias. A primeira tem origem na escolaridade e classe social dos pais, as quais criam condições mais ou menos favoráveis para a sua participação política, que, por fim, atuam sobre a participação do jovem. A segunda tem como ponto de partida o ambiente escolar, o qual cria condições específicas de acesso à informação política, que, por sua vez, conduz a níveis distintos de participação política.

Importante observar que o engajamento político dos pais afeta duplamente a participação dos filhos, de forma direta e indireta, motivando a busca de informação política. Ou seja, um ambiente familiar participativo estimula conversas e o hábito de se informar nos meios de comunicação, os quais conduzem o jovem a um comportamento mais participativo.

Mas o processo de socialização política não gera apenas efeitos imediatos. Grande parte dos efeitos de socialização ocorre na vida adulta. Isso é ainda mais verdadeiro quando se trata da participação política, até mesmo porque o adolescente ainda se encontra num estágio da vida em que algumas das atividades políticas tradicionais não são atraentes ou mesmo facultadas a ele.

Parte dos efeitos tardios pode ser captada pela propensão a se envolver com atividades políticas. Nesse caso, trata-se, na verdade, de uma modalidade de efeito indireto, cuja relação causal não se estabelece de forma imediata: a motivação para participar, hoje, influencia a propensão a participar, no futuro, a qual, por sua vez, tem efeitos diretos sobre a participação adulta.

O interesse por assuntos políticos, o sentimento de ser capaz de entender o mundo da política, a atitude crítica e ativa em relação a atos praticados por autoridades, na escola, e a disposição para participar, ativamente, de debate realizado na escola⁹ são algumas das orientações subjetivas que expressam a disposição do jovem a participar da política na vida adulta.

Esses valiosos recursos de motivação política dependem, por sua vez, de um ambiente escolar com estruturas que estimulem a participação e, mais uma vez, de um ambiente familiar politicamente ativo¹⁰. Isso já ficou claro em nossa análise dos efeitos indiretos, quando tratamos da influência do tipo de escola e da participação dos pais sobre o hábitos de acesso à informação do jovem.

Terceiro padrão: atitudes políticas

Nesta seção, buscamos identificar o padrão de influência dos ambientes socializadores sobre as atitudes políticas dos jovens. São analisados três tipos de atitudes políticas: a tolerância em relação a grupos que, em certos contextos sociais, são objetos de atitudes negativas; as posições assumidas em relação a assuntos públicos controversos e as atitudes em relação a homossexuais.

Em um ambiente familiar em que os pais têm alta escolaridade e comportamento político ativo e, no interior do qual, circula, amplamente, informação política, esperávamos encontrar jovens que assumissem atitudes liberais. Surpreendentemente, não podemos afirmar que, no caso dos jovens belo-horizontinos, pais mais escolarizados ou mais envolvidos em atividades associativas passem para os seus filhos atitudes mais tolerantes em relação a segmentos sociais aos quais, com frequência, são dirigidas atitudes negativas.

Por outro lado, a classe importa. É notável que esse é um dos poucos aspectos do perfil político dos filhos que a ocupação profissional do pai apresenta, de forma inequívoca, efeito direto. Fica a seguinte indagação: que valores de classe poderiam atuar, por si só, sobre a tolerância política dos jovens?

⁹ Essas duas últimas características individuais não apresentam efeito no modelo apresentado neste artigo. No entanto, em outra análise, apresento evidências de que elas são relevantes para modalidades específicas de participação política, tais como a participação estudantil e em ações políticas não eleitorais. Por parcimônia, optei por apresentar, aqui, apenas a escala geral de participação política, mas, como observo, na conclusão do trabalho, a análise tem muito a ganhar quando a desagregamos em seus diversos tipos.

¹⁰ As implicações disso para a reprodução social da desigualdade política são discutidas em Fuks (2010).

Tabela 3
Modelo de Regressão Linear

Variável Dependente: Tolerância política		
	B	B Padrozinado
(Constante)	0,18	
Posição de classe do pai (0 = não elite)	0,30**	0,16
Tipo de escola (0= Particular de elite)		
Particular - classe média	-0,16	-0,07
Militar	-0,25	-0,12
Pública	-0,85***	-0,33
Escolaridade dos pais	-0,8	-0,07
Participação política dos pais	0,04	0,04
Religioso	-0,09	-0,05

** significativo a 0,05

*** significativo e 0,01

O índice de tolerância política refere-se a três grupos: comunistas, negros e ateus.

Além da classe social, o tipo de escola é um elemento definidor do grau de tolerância dos jovens, estabelecendo um contraste entre os alunos mais liberais das escolas de elite e os menos tolerantes das escolas públicas. Ou seja, as atitudes políticas de classe são reforçadas pela socialização escolar (Tabela 3).

Em relação a posições adotadas sobre temas polêmicos (Tabela 4), o resultado é intrigante, pois nenhuma das dimensões do ambiente familiar explica as atitudes dos alunos. Conforme esperado, a religião desempenha um papel importante na formação das atitudes sobre temas sociais de natureza controversa. Os jovens que se consideram religiosos têm, por exemplo, uma forte predisposição a assumir atitudes conservadoras em relação ao uso da maconha ou ao aborto. O curioso é que o conservadorismo dos jovens religiosos não se estende, conforme foi observado na Tabela 3, às atitudes em relação a minorias, incluindo os ateus.

O aluno que estuda em escola militar também expressa atitudes mais conservadoras em relação a assuntos que dividem a opinião pública. Isso coloca em evidência a diversidade de formas pelas quais a escola influencia a relação que o jovem estabelece com a política. Já o conservadorismo dos alunos das escolas de classe média só se revela quando, no modelo, o termo de comparação é a escola particular de elite, a qual promove a formação de jovens liberais.

Tabela 4
Modelo de Regressão Linear

Variável Dependente: Atitudes em relação à legalização do aborto e da maconha		
	B	B Padronizado
(Constante)	0,512***	
Posição de classe do pai (0 = não elite)	0,166	0,083
Tipo de escola (0= Particular de elite)		
Particular - classe média	-0,436***	-0,192
Militar	-0,497**	-0,224
Pública	-0,379	-0,15
Escolaridade dos pais	-0,59	-0,52
Participação política dos pais	0,45	0,46
Religioso	-0,421***	-0,2

** significativo a 0,05

*** significativo a 0,01

Além das atitudes em relação a temas polêmicos e da tolerância em relação a minorias, analisamos uma terceira dimensão do liberalismo: a posição em relação aos homossexuais (Tabela 5). O interessante, neste caso, que, embora, no questionário, cada uma das duas perguntas sobre homossexualidade tivesse sido concebida como parte integrante de uma das temáticas atitudinais (uma delas em relação à tolerância política e a outra, a assuntos controversos) que acabamos de analisar, elas convergiram, na análise fatorial, formando uma dimensão à parte¹¹. Sendo assim, as atitudes dos jovens em relação a homossexuais não se alinham nem com suas atitudes em relação a outras minorias, nem com suas posições em relação a temas que, habitualmente, opõem atitudes liberais e conservadoras.

Os contextos em que se transmite e se exerce a vida religiosa e, em especial, a educação militar são as principais forças indutoras de atitudes pouco tolerantes em relação aos homossexuais. Nesse sentido, o processo definidor das atitudes dos jovens em relação aos homossexuais é, curiosamente, mais próximo daquele que explica as suas posições sobre temas controversos do que suas atitudes em relação a outras minorias.

Portanto, ambientes caracterizados pela transmissão de valores conservadores têm um claro efeito sobre temas com forte carga valorativa, como o aborto, o uso da maconha e o comportamento sexual de minorias, enquanto o fator socioeconômico parece ser mais decisivo quando se trata da tolerância dos jovens em relação a grupos que, ainda hoje, são alvos de atitudes discriminatórias, como os comunistas, os negros e os ateus.

¹¹ Isso revela a especificidade das atitudes em relação a indivíduos cuja orientação sexual não está em conformidade com as normas sociais vigentes, o que, por si só, merece ser aprofundado em estudos posteriores.

Tabela 5
Modelo de Regressão Linear

Variável Dependente: Atitudes em relação a homossexuais		
	B	B Padronizado
(Constante)	0,21	
Posição de classe do pai (0 = não elite)	0,15	0,07
Tipo de escola (0= Particular de elite)		
Particular - classe média	-0,01	0
Militar	-0,44**	-0,2
pública	-0,22	-0,08
Escolaridade dos pais	-0,01	-0,06
Participação política dos pais	0	0
Religioso	-0,22*	-0,1

* Significativo a 0,10

** Significativo a 0,05

Em síntese, a formação das atitudes políticas dos jovens ocorre, em grande parte, no ambiente da escola, tendo como pólos opostos a escola militar e a escola particular de elite, e nos canais de socialização religiosa. Com exceção parcial da classe social, as características do ambiente familiar consideradas em nossa pesquisa¹² pouco contribuem para explicar a posição do jovem em relação a assuntos sociais carregados de valor e suas atitudes em relação a minorias e pessoas que adotam ideias e padrões de comportamento que não correspondem às normas convencionais.

Disso pode-se concluir que, ao contrário do que ocorre com o conhecimento e a participação política, os valores relevantes para a definição do perfil político do jovem não são transmitidos pelos aspectos socioeconômicos e políticos do ambiente familiar. Este ambiente só é relevante quando faz parte de um sistema integrado de instituições socializadoras, como no caso da formação militar e da formação religiosa, e, mesmo assim, apenas explica as atitudes conservadoras.

Um ponto que merece ser destacado é a formação, na juventude, da tolerância política. Para o desespero dos que apostam no impacto positivo do “esclarecimento” sobre a democracia (DELLI CARPINI, KEETER, 1996; DELLI CARPINI, 1999; NIE, JUNN, STEHLIK-BARRY, 1996), a busca de informação política e o convívio cotidiano com pessoas que são politicamente ativas e mais informadas não “produzem”, necessariamente, cidadãos mais tolerantes. Um exemplo bastante ilustrativo é o da participação dos pais. Esta faz parte de um pequeno elenco de variáveis que têm peso na explicação tanto da participação como do conhecimento político dos jovens, mas a transmissão de ativismo político e de conhecimento sobre política não vem acompanhada, conforme acabamos de ver, da transmissão de atitudes tolerantes em relação a minorias.

¹² Embora a nossa pesquisa não nos permita testar esse efeito, é natural supor – como sugerimos no próximo parágrafo – a influência da família sobre a educação militar e a vida religiosa do jovem.

Comparando os três padrões

Com certeza, alguns elementos se destacam na constituição dos padrões que operam na formação do perfil político do jovem. O tipo de escola e o interesse por política são fatores que têm, em geral, papel ativo e a classe social e escolaridade dos pais estão, com frequência, na origem desse processo. Mas pode-se falar de uma unidade no processo de formação do perfil político do jovem, tendo a participação, as atitudes políticas e o conhecimento uma base comum em sua formação?

O argumento deste artigo é que, se considerarmos a complexidade do processo de transmissão intergeracional dos atributos de natureza política, tal unidade não existe. O peso de cada fator, como ele interage com os demais fatores e os mecanismos específicos por meio dos quais ele faz sentir a sua influência definem o padrão específico de cada dimensão do perfil político do jovem. Sem considerar esses diferentes padrões, não é possível alcançar entendimento matizado da transmissão intergeracional da participação, do conhecimento e das atitudes políticas.

As diferenças começam com os fatores que têm maior impacto sobre cada uma das dimensões. Vimos o papel de destaque desempenhado pela escola e pela escolaridade dos pais no aprendizado sobre política. O conhecimento sobre política do jovem varia, em grande medida, em função dessas duas fontes de “ensino” sobre política. Nisso, as condições que favorecem o aprendizado sobre política apenas são as mesmas dos demais assuntos: quem tem pais mais escolarizados e estuda em escolas de elite tem domínio de um volume maior de conteúdos de natureza política.

Embora contribua para a transmissão de conhecimento político, a participação política dos pais tem maior destaque quando se trata da participação do filho. Nesse caso, não são processos socializadores de natureza propriamente cognitiva, como a escola e a escolaridade dos pais, que fazem a diferença. O ensino da participação política passa pela convivência com modelos participativos na família.

Vimos também que a participação política do jovem não se explica apenas pelos processos socializadores, mas está também fortemente associada a características individuais. Em nenhum outro aspecto do perfil político do jovem, os atributos individuais fazem tanta diferença. Além da busca de informação, a eficácia política subjetiva, a atitude crítica e a propensão a participar de debate na escola são traços individuais que caminham lado a lado com a participação política do jovem¹³.

Sendo de três tipos, as atitudes políticas não têm como referência um núcleo único socializador. A classe tem destaque quando se trata da tolerância em relação a minorias, em geral. Mas, as atitudes mais ou menos liberais em relação aos homossexuais e a temas controversos, como o aborto e o uso de drogas, dependem mais da intensidade e da direção dos valores presentes nos ambientes socializadores, como, por exemplo, os que circulam em instituições religiosas e militares. Ambas são bastante eficientes na transmissão de atitudes políticas conservadoras em relação a assuntos carregados de sentido moral.

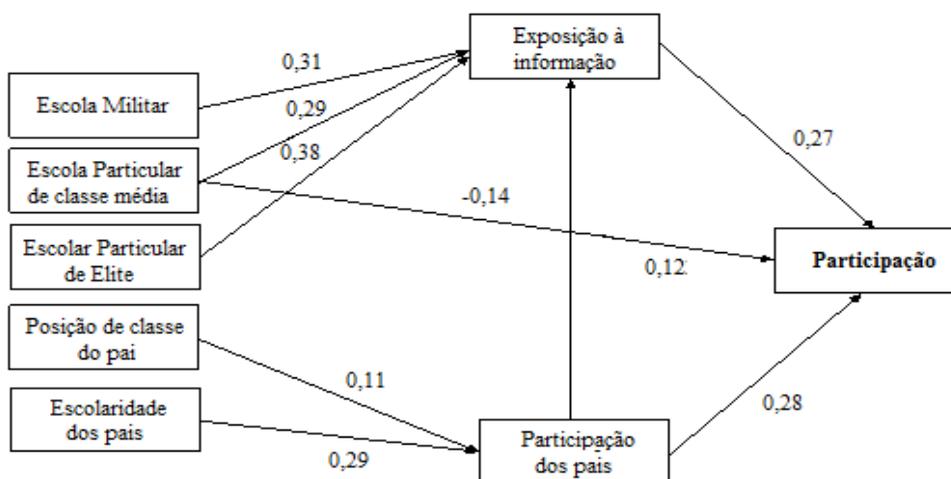
Mas a diferença entre os processos de formação das três dimensões do perfil político dos jovens não se restringe à sua principal força motriz. Além de terem núcleos distintos, os padrões

¹³ Conforme já observado, esses dois últimos aspectos passam a ser relevantes quando desagregamos o índice geral de participação em suas diversas modalidades.

também se distinguem em relação à dinâmica da interação entre os diversos fatores em operação. Essa interação não ocorre apenas porque a maior parte dos fatores analisados neste artigo situam-se num mesmo ambiente, como o familiar e o escolar, mas, principalmente, porque a dinâmica da transmissão intergeracional do perfil político ocorre, com frequência, de forma indireta.

Ao incluir, em nosso modelo, os efeitos indiretos, descobrimos os mecanismos específicos por meio dos quais os ambientes escolar e familiar exercem influência sobre a participação do jovem. Vimos que, nesse caso, o efeito da classe social e da escolaridade dos pais passa pela participação dos pais e, por meio desta, alcança a participação do jovem. Da mesma forma, o tipo de escola estimula ou inibe o hábito de se informar sobre política, o qual, por sua vez, tem efeito direto e substantivo sobre a participação.

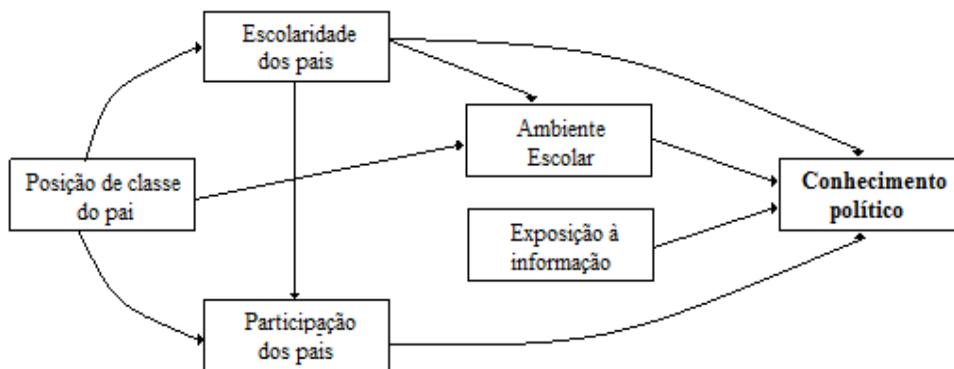
Figura 1
Dinâmica da transmissão da participação política
(coeficientes padronizados)¹⁴



A trajetória que leva as causas indiretas aos efeitos finais assume outro padrão no caso do conhecimento político. Aqui, a influência crucial da classe social e da escolaridade dos pais é sobre a probabilidade de o jovem se matricular em um determinado tipo de escola, embora recaia também sobre a participação dos pais. O grau de liberdade na escolha da escola é o principal mecanismo por meio do qual a classe atua sobre o conhecimento sobre política.

¹⁴ Nesse modelo, as variáveis independentes mostradas no diagrama foram controladas por raça, sexo, eficácia política subjetiva, religiosidade, atitude crítica e propensão a participar de debate público. A categoria de referência para todos os tipos de escola é "escola pública" e para a posição de classe do pai é "não-elite". Para uma apresentação detalhada de como as variáveis de classe foram transformadas em uma variável binária, ver o Anexo.

Figura 2
Dinâmica da transmissão de conhecimento político¹⁵



Além disso, a dinâmica de transmissão da participação política inclui também efeitos tardios. Sugerimos, anteriormente, que os atributos individuais, tais como o interesse e a eficácia política, formam um estoque de motivação participativa, o qual permanece disponível quando estímulos à participação surgem na vida adulta. Mas sabemos que a presença desses atributos depende, em especial, do tipo de escola que o jovem frequenta e da participação política dos pais.

Das três dimensões do perfil político do jovem aqui analisadas, apenas o padrão da influência sobre as atitudes políticas revelou ser, exclusivamente, direto. O diferencial, nesse caso, é, como se poderia esperar, a força dos valores que constituem a identidade do grupo. Esse é o caso de ambientes em que doutrinas religiosas ou normas de conduta e a moral militar predominam.

Mesmo não sendo possível testar em nosso estudo, os resultados de décadas de pesquisa na área da socialização política (SEARING, WRIGHT, RABINOWITZ, 1976; WESTHOLM, NIEMI, 1992; SEARS, FUNK, 1999; SEARS, VALENTINO, 1997) têm, continuamente, confirmado que os processos socializadores, nessa fase da vida, exercem um papel significativo na formação de atitudes estáveis e capazes de influenciar, no futuro, a direção de novas atitudes. Isso indica que, no caso das atitudes políticas, mecanismos bastante eficientes que geram efeitos tardios também estariam em ação.

Considerações Finais

Seria a formação do perfil político do jovem um processo uniforme, em que todas as suas dimensões estariam associadas a um mesmo padrão de transmissão de atributos políticos? Nosso estudo sobre alunos do ensino médio de Belo Horizonte sugere que esse não é o caso. Ele, na verdade, aponta no sentido oposto.

¹⁵Não foi possível, nesse caso, repetir os procedimentos utilizados na elaboração do diagrama da Figura 1. Isso porque as variáveis endógenas nos modelos de equações estruturais devem ser contínuas, enquanto as nossas variáveis do ambiente escolar são binárias.

Apesar de os ambientes familiar e escolar serem os principais meios de transmissão das três dimensões do perfil político aqui analisadas, eles afetam cada uma dessas dimensões mediante mecanismos distintos. Portanto, no que se refere à formação do perfil político do jovem, temos de levar em consideração as nuances que operam em sua expressão cognitiva, comportamental e atitudinal. Cada uma delas é constituída por um processo específico, a partir de um núcleo e de um padrão de interação entre os diversos fatores que compõem os ambientes socializadores, gerando um quadro em que convivem efeitos diretos, indiretos e tardios.

Certamente, uma generalização dos achados de nossa pesquisa demandaria não apenas uma amostra mais adequada, mas também uma coleta mais ampla dos dados, de forma a incluir uma série de fatores que não foram, aqui, considerados. Apenas para ilustrar, um exame mais detalhado dos aspectos culturais dos ambientes sociais nos quais transita o jovem contribuiria muito para aprofundar nossa análise a respeito das atitudes e valores adotados por ele.

Além disso, a nossa análise revelaria uma realidade mais complexa se considerássemos, assim como fizemos no caso das atitudes, a variedade de modalidades da participação e da cognição política¹⁶. Nesse caso, estaríamos descendo mais um nível, das três diferentes dimensões do perfil político para as suas subdivisões internas. Com certeza, a cada novo “zoom”, nuances do processo de transmissão de atributos políticos se apresentam, tornando-se, aos olhos do analista, um processo internamente mais diferenciado.

Referências Bibliográficas

- ALMOND, G.; VERBA, S. *The civic culture: political attitudes and democracy in five nations*. Newbury Park, Calif: Sage Publications, 1989 [1963].
- ANDOLINA, M.; JENKINS, K.; ZUKIN, C.; KEETER, S. “Habits from Home, Lessons from School: Influences on Youth Civic Engagement”. *Political Science and Politics*, v. 36, n. 2, p.275-280, 2003.
- BAQUERO, R.; BAQUERO, M. “Educação para a democracia: valores democráticos partilhados por jovens porto-alegrenses”. *Ciências Sociais em Perspectiva*, v.6, n.11, p.139-153, 2007.
- BURNS, N.; SCHLOZMAN, K.; VERBA, S. “The Public Consequences of Private Inequality: Family Life and Citizen”. *American Political Science Review*, v.91, p. 373-389, 1997.
- CAMPBELL, D. *Why we vote: how schools and communities shape our civic life*. Princeton: Princeton University Press, 2006.
- CASTRO, L. R. “Participação política e juventude: do mal-estar à responsabilização frente ao destino comum”. *Revista de Sociologia e Política*, v.16, n.30, p.253-268, 2008.
- DELLI CARPINI, M. In Search of the Informed Citizen: What Americans Know About Politics and Why It Matters. In: THE TRANSFORMATION OF CIVIC LIFE, nov. 1999, Middle Tennessee State University, Murfreesboro and Nashville, Tennessee.
- DELLI CARPINI, M.; KEETER, S. *What Americans Know About Politics and Why It Matters*. New Heaven: Yale University Press, 1996.

¹⁶ Já realizamos estudos nessas duas direções. Para uma análise de duas modalidades de conhecimento político, ver Fuks e Batista (2010) e, para uma análise de três modalidades de participação política, ver Fuks (2010).

- FINKEL, S. "Can democracy be taught?" *Journal of Democracy*, v. 14, n. 4, 2003.
- FINKEL, S.; ERNST, H. "Civic Education in Post-Apartheid South Africa: Alternative Paths to the Development of Political Knowledge and Democratic Values". *Political Psychology*, v. 26, n. 3, 2005.
- FUKS, M. Efeitos diretos, indiretos e tardios: trajetória da transmissão intergeracional da participação política. In: 34º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 25-29 out. 2010, Caxambu.
- FUKS, M. e BATISTA, F. Informação e concepção: um estudo sobre a dimensão cognitiva da desigualdade política entre jovens de Belo Horizonte. In: 7º ENCONTRO DA ABCP, 04-07 ago. 2010, Recife.
- FLORENTINO, R. "Democracia liberal: uma novidade já desbotada entre os jovens". *Opinião Pública*, v.14, n.1, p. 205-235, 2008.
- GOLDTHORPE, J. *Social Mobility and Class Structure in Modern Britain*. Oxford: Oxfordshire, 1987.
- HILLYGUS, S. "The missing link: Exploring the Relationship Between Higher Education and Political Engagement". *Political Behavior*, v. 27, n. 1, 2005.
- IBASE & POLIS. "Juventude brasileira e democracia: participação, esferas e políticas públicas – relatório final". Rio de Janeiro, Ibase, 2005.
- ICHILOV, O. "Civic Knowledge of High School Students in Israel: Personal and Contextual Determinants". *Political Psychology*, v. 28, n. 4, 2007.
- JENNINGS, K. Participation as Viewed through the Lens of the Political Socialization Project. In: CONFERENCE ON POLITICAL PARTICIPATION: BUILDING A RESEARCH AGENDA, 2000, Center for the Study of Democratic Politics, Princeton University.
- JENNINGS, K.; MARKUS, G. "Partisan Orientations over long haul: results from the three-wave political socialization panel study". *The American Political Science Review*, v. 78, 1984.
- JENNINGS, K.; STOKER, L.; BOWERS, J. Politics across generations: family transmission reexamined. In: AMERICAN POLITICAL SCIENCE ASSOCIATION CONVENTION. Atlanta: American Political Science Association, 1999.
- NAZZARI, R. K. *Juventude Brasileira: Capital Social, Cultura e Socialização Política*. Cascavel: Edunioeste, 2006.
- NIE, N.; JUNN, J.; STEHLIK-BARRY, K. *Education and democratic citizenship in America*. Chicago: University of Chicago Press, 1996.
- NIEMI, R.; CHAPMAN, C. "The Civic Development of 9th- Through 12th-Grade Students in the United States: 1996". Statistical Analysis Report. National Center for Education Statistics, U.S. Department of Education, 1998.
- SCHLOZMAN, K.; VERBA, S.; BRADY, H. Civic participation and the equality problem. In: SKOCPOL, T.; FIORINA, M. (orgs.). *Civic engagement in American democracy*. Washington D.C: The Brookings Institution Press, 1999.
- SCHMIDT, J. P. *Juventude e Política no Brasil: a socialização dos jovens brasileiros na virada do milênio*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2001.
- SEARING, D.; WRIGHT, G.; RABINOWITZ, G. "The Primacy Principle: Attitude Change and Political Socialization". *British Journal of Political Science*, v. 6, n. 1, p. 83-113, 1976.
- SEARS, D.; FUNK, C. "Evidence of the Long-Term Persistence of Adults Political Predispositions". *The Journal of Politics*, v. 61, n. 1, p.1-28, 1999.
- SEARS, D.; VALENTINO, N. "Politics Matters: Political Events as Catalysts for Preadult Socialization". *The American Political Science Review*, v. 91, n. 1, p. 45-65, 1997.
- SLOMCZYNSKI, K.; SHABAD, G. "Can Support for Democracy and the Market Be Learned in School? A Natural Experiment in Post-Communist Poland". *Political Psychology*, v. 19. n. 4, 1998.
- VENTURI, G.; ABRAMO, H. "Juventude, política e cultura". *Revista Teoria em Debate*, v. 45, p. 28-33, jul.-ago.-set. 2000.
- VERBA, S.; BURNS, N.; SCHLOZMAN, K. "Unequal at the Starting Line: Creating Participatory Inequalities across Generations and among Groups". *The American Sociologist*, v. 34, p. 45-69, 2003.

VERBA, S.; SCHLOZMAN, K.; BRADY, H. *Voice and Equality: Civic voluntarism in American politics*. Cambridge, Mass, London: Harvard University Press, 1995.

VERBA, S.; SCHLOZMAN, K.; BURNS, N. Family Ties: Understanding the Intergenerational Transmission of Participation. In: ZUCKERMAN, A. (org.). *The Social Logic of Politics*. Philadelphia: Temple University Press, 2005.

WESTHOLM, A.; NIEMI, R. "Political Institutions and Political Socialization: A Cross-National Study". *Comparative Politics*, v. 25, n. 1, p. 25-41, 1992.

WRIGHT, E. *Classes*. London: Verso, 1985.

ZALLER, J. (org.). *The Nature and Origins of Mass Opinion*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

ZUKIN, C.; KEETER, S.; ANDOLINA, M.; JENKINS, K.; DELLI CARPINI, M. *A New engagement? Political, Civic Life, and the Changing American Citizen*. Oxford: Oxford University Press, 2006.

Anexo: construção dos índices e variáveis

Variáveis independentes

CLASSE SOCIAL

Ocupação profissional do pai: foi perguntado qual era a ocupação do pai do respondente. A partir das respostas obtidas, foi feita uma categorização das ocupações em termos de posições de classe. As posições de classe definidas eram as seguintes: trabalhador manual, trabalhador operacional qualificado, trabalhador administrativo, trabalhador autônomo, gerentes/administradores/supervisores, profissional/especialista, empresário empregador. Essas categorias têm respaldo teórico tanto na abordagem neo-marxista (WRIGHT, 1985) quanto neo-weberiana (GOLDTHORPE, 1987) de classe.

Posição de classe do pai: A partir dessas 7 ocupações profissionais, foi construída uma variável binária que resumisse a linearidade contida entre as variáveis, de modo a obter maior parcimônia no modelo. As posições de classe foram divididas entre posições de elite ou não (0 = não elite, incluindo trabalhador manual (incluindo raros casos de desempregados), trabalhador operacional qualificado, trabalhador administrativo e trabalhador autônomo; 1 = elite, incluindo gerentes/administradores/supervisores, profissional/especialista e empresário empregador). Dos 351 casos, 13 apareceram sem resposta, e foram imputados na categoria de referência, ou seja, "não elite".

AMBIENTE FAMILIAR

Escolaridade dos pais: foi criado um construto que aglutinava os anos de escolaridade completos do pai e da mãe do respondente. As duas variáveis isoladas foram medidas em termos dos graus escolares completos ou incompletos do pai e da mãe. Para transformá-las em variáveis contínuas, atribuiu-se os seguintes números para os anos de escolaridade: 0 (nunca frequentou a escola), 2 (1ª a 4ª série do fundamental incompleto), 4 (4ª série do fundamental completo), 6 (5ª a 8ª série do fundamental incompleto), 8 (8ª série do fundamental completo), 9,5 (1º ao 3º do ensino médio incompleto), 11 (3º

ano do ensino médio completo), 13 (curso superior incompleto), 15 (curso superior completo), 16 (pós-graduação incompleta) e 17 (pós-graduação completa). Alguns poucos casos perdidos foram imputados no valor 0. A redução das duas variáveis (do pai e da mãe) a apenas um construto latente foi feita por meio da Análise Fatorial Exploratória por Eixos Principais.

Participação política dos pais: foi também criado um construto que aglutinava a participação política do pai e da mãe do respondente. Os índices de participação política do pai e da mãe foram construídos a partir da contagem do número de associações, partidos e sindicatos dos quais os pais dos respondentes participavam. A redução das duas variáveis (do pai e da mãe) a apenas um construto latente foi feita por meio da Análise Fatorial Exploratória por Eixos Principais.

Exposição aos meios de comunicação: foi perguntado com que frequência o respondente se expõe a informação política em certos meios de comunicação de massa, mais especificamente três tipos: TV e rádio, jornais e revistas impressos e internet. Para cada um dos três tipos foi fornecida uma escala com a gradação de exposição (0 = Nunca; 1 = Raramente, 2 = Algumas vezes por mês, 3 = Algumas vezes por semana, 4 = Diariamente). O índice final foi construído pela Análise Fatorial Exploratória por Eixos Principais.

Exposição à informação nas conversas: também foi perguntado com que frequência o respondente se expõe à informação política nas conversas que tem com outras pessoas no dia-a-dia, sendo quatro os tipos: conversa com amigos, conversa na família, conversa em atividades na escola e conversa com um professor. Para cada um dos quatro tipos foi fornecida uma escala com a gradação de exposição (0 = Nunca; 1 = Raramente, 2 = Algumas vezes por mês, 3 = Algumas vezes por semana, 4 = Diariamente). A variável “escola” possuía um caso perdido, ao qual foi atribuído o valor 0. O índice final foi construído pela Análise Fatorial Exploratória por Eixos Principais.

Fator de exposição à informação: para construir um índice geral de exposição à informação política, todos os itens das duas variáveis anteriores foram utilizados conjuntamente. O índice final foi construído pela Análise Fatorial Exploratória por Eixos Principais.

AMBIENTE ESCOLAR

Variáveis binárias das escolas: uma das variáveis, em nosso banco de dados, buscava captar em um só indicador o tipo de ambiente escolar frequentado pelo respondente. As categorias definidas foram as seguintes: escola pública, escola pública militar, escola particular de classe média e escola particular de elite. Foram criadas variáveis indicadoras (binárias) a partir das quatro categorias. Em alguns modelos a categoria de referência é a escola pública e em outros é a escola particular de elite. Os critérios utilizados na classificação das escolas como de elite e classe média foram a mensalidade e a localização geográfica. Assim, nenhuma escola de classe média tem, na primeira e segunda série do ensino médio, mensalidade superior a R\$520,00, enquanto as mensalidades das escolas de elite variam entre

R\$642,00 e R\$738,00. Da mesma forma, além de serem reconhecidas publicamente como “tradicionais”, todas as escolas de elite se situam na região mais valorizada de Belo Horizonte (zona sul). Já as escolas de classe média ficam em regiões menos “nobres” da cidade. No caso das escolas públicas e militares, a classificação apenas reproduz a identidade jurídica dessas escolas.

CARACTERÍSTICAS DO JOVEM

Esse terceiro conjunto de variáveis remete a atributos individuais que não dizem respeito apenas aos ambientes familiar e escolar. Apesar de sua associação com estruturas de oportunidade, elas foram consideradas, em geral, como características do indivíduo, pois, dependem da iniciativa do jovem.

Exposição à informação política (nos meios de comunicação e em conversas do dia-a-dia): foi perguntado com que frequência o respondente se considerava exposto à informação política em certos meios de comunicação e em conversas do dia-a-dia, mais especificamente sete tipos: a) TV e rádio; b) jornais e revistas impressos e; c) internet; a) conversas com amigos; b) conversas na família; c) conversas em atividades na escola e; d) conversas com o professor. Para cada um dos sete tipos, foi fornecida uma escala com a gradação de exposição do respondente (0 = Nunca; 1 = Raramente, 2 = Algumas vezes por mês, 3 = Algumas vezes por semana, 4 = Diariamente). O índice de exposição aos meios de comunicação foi feito a partir do somatório das respostas às três questões, de modo a constituir uma variável contínua (Alpha de Cronbach = 0.795);

Eficácia Política subjetiva: Fizemos a seguinte pergunta: “Às vezes política e governo parecem tão complicados que uma pessoa como você não pode realmente entender o que se passa”. A resposta foi dada numa escala de likert, de cinco pontos, com as seguintes alternativas: concordo totalmente, concordo em parte, nem concordo nem discordo, discordo em parte e discordo totalmente. Criamos uma variável binária, excluindo a opção do meio e agregando os dois pares das pontas, de tal forma que cada uma das novas categorias expressasse a totalidade das atitudes em uma das duas direções (concordando ou discordando).

Postura crítica (em relação a atos percebidos como injustos): Perguntamos ao entrevistado qual seria a sua reação a um ato de censura, por parte da diretoria da sua escola, de uma matéria de jornal de alunos criticando a escola¹⁷. Oferecemos cinco respostas: 1. Aceitaria a decisão da diretora, pois cabe a ela decidir sobre o que deve ser publicado, 2. Seria contra a decisão da diretora, mas não entraria na discussão, 3. Seria contra a decisão da diretora e buscaria, junto com os seus colegas, formas de defender a publicação do jornal, ou 4. Não se posicionaria, pois pra você tanto faz? Reduzimos as quatro alternativas de resposta a três, juntando a atitude de indiferença e a de aceitação do ato de censura numa mesma categoria, indicando a postura menos crítica.

¹⁷ “Numa edição, um aluno escreveu uma matéria em que criticava a escola. Por isso, a diretoria resolveu não publicar o jornal. Qual seria a sua reação?”

Propensão a debater (em público): Uma das perguntas, no questionário, era sobre a participação do aluno em debate na escola. Queríamos saber se ele defenderia, em público, as suas ideias.

Perguntamos, então: “Imagine que você está presente em um debate organizado pela escola com a presença de todos os alunos e professores, o que você faria?”. O jovem poderia escolher entre as seguintes respostas: 1. Defenderia em público as suas opiniões, 2. Não falaria em público, conversando depois sobre o assunto com os seus colegas, ou 3. Guardaria suas opiniões só para você? Transformamos esta variável em uma variável binária, opondo a primeira alternativa de resposta às outras duas.

Religioso: foi perguntado ao jovem qual era a sua religião. Para as análises feitas aqui, as respostas foram codificadas de modo a separar os católicos praticantes e os evangélicos/protestantes dos demais respondentes (católico não praticante e sem religião). Considerando o pequeno número (16 jovens) e a dificuldade de classificá-los em uma das duas categoriais, os espíritas foram excluídos das análises que envolveram esta variável. A variável final foi binária (1 = católico praticante ou evangélico/protestante; 0 = demais respostas).

Variáveis dependentes

CONHECIMENTO POLÍTICO

Foi construído um índice de informação política dos respondentes pela Análise Fatorial Exploratória por Eixos Principais a partir de quatro diferentes baterias de perguntas sobre conhecimento de assuntos políticos. As quatro baterias foram tratadas da seguinte maneira:

1) **Conhecimento de cargos e partidos:** as questões eram abertas e pediam aos respondentes que dissessem o cargo e o partido de 4 figuras políticas importantes no Brasil: Aécio Neves, Fernando Pimentel, José Serra e Martha Suplicy. Também foram perguntados o cargo e o país de Hugo Chaves. As questões foram pós codificadas entre 4 níveis de acerto (3 = acerto completo; 2 = acerto incompleto ou quanto ao cargo ou quanto ao local; 1 = cargo antigo; 0 = erro ou não resposta). O índice final para esta variável foi feito através da Análise Fatorial Exploratória por Eixos Principais, com *Alpha* de *Cronbach* atingindo 0,867. Todas as variáveis tiveram cargas satisfatórias.

2) **Número de partidos que o respondente foi capaz de citar:** esta bateria de questões pedia que o respondente listasse os partidos que conhecia. A cada partido brasileiro falado corretamente o respondente ganhava um ponto, enquanto a não-citação ou o erro valiam zero. O índice foi construído através do somatório dos acertos, haja vista que a Análise Fatorial não seria possível porque todos os itens eram binários (acerto ou erro). O índice varia de 0 a 11, o número máximo de partidos que os respondentes conseguiram mencionar.

3) **Conhecimento do significado de siglas relevantes:** foi pedido que os respondentes dissessem o significado das siglas TRE (Tribunal Regional Eleitoral), ONU (Organização das Nações Unidas), UNE (União Nacional dos Estudantes) e MST (Movimento dos Sem-Terra). As respostas eram abertas e foram pós-codificadas em três níveis de resposta (2 = acerto substantivo; 1 = acerto quanto ao tema; 0 = erro ou não resposta). O índice foi construído através da Análise Fatorial Exploratória por Eixos Principais, com *Alpha* de *Cronbach* de 0,597. Todas as variáveis tiveram cargas satisfatórias, apesar de não tão altas. Oito (8) dos 351 casos não possuíam resposta e foram imputados no valor 0 (na escala de -2 a +2).

4) **Conhecimento da posição dos partidos no espectro ideológico:** também foi pedido que os respondentes dissessem se 4 partidos brasileiros (DEM, PCdoB, PP e PSTU) seriam de esquerda ou de direita. Cada acerto valia 1 ponto e o erro ou não resposta valia 0. O índice foi construído através do somatório dos acertos, haja vista que a Análise Fatorial não seria possível porque todos os itens eram binários (acerto ou erro).

ATITUDES POLÍTICAS

Tolerância política (comunistas, membros do movimento negro e ateus): uma bateria de perguntas buscava captar a tolerância dos respondentes em relação a três grupos sociais. O fraseado era o seguinte: “Em muitos lugares existem grupos de pessoas com ideias diferentes da maioria da população. Em sua opinião, os (as)”; e as categorias de resposta revelavam três níveis de tolerância (0 = “Devem deixar de lado suas ideias aceitando as da maioria”; 1 = “Podem ter suas ideias, sem ter permissão de falar em público”; 2 = “Podem ter suas ideias e também falar sobre elas em público”). As respostas dadas em relação a comunistas, membros do movimento negro e ateus foram aglutinadas pela Análise Fatorial Exploratória por Componentes Principais.

Liberalismo (posição em relação à legalização do uso da maconha e descriminalização do aborto): outra bateria de questões perguntava a opinião do respondente em relação a assuntos cuja resposta revelaria uma atitude mais ou menos liberal em relação a assuntos públicos carregados de controvérsia e de sentido moral. Em relação à legalização do aborto e da maconha, as categorias de respostas constituíam uma escala Likert do menos liberal ao mais liberal. Foram oferecidas as seguintes alternativas de resposta: 0 = totalmente contra; 1 = contra; 2 = a favor; 3 = totalmente a favor. O índice final foi feito pela Análise Fatorial Exploratória pela extração por componentes principais.

Atitudes em relação aos homossexuais: um índice de atitudes em relação aos homossexuais também foi construído, juntando uma pergunta de tolerância (que segue o mesmo padrão das questões sobre tolerância política em relação a comunistas, membros do movimento negro e ateus) e uma pergunta de orientação em relação à legalização da união entre pessoas do mesmo sexo (cuja escala é idêntica à do índice de liberalismo). O construto final foi feito por Análise Fatorial Exploratória por Componentes Principais.

PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

Foi construído um índice de participação política a partir do somatório simples do conjunto de itens de três tipos de participação

1) Atividades estudantis. O primeiro conjunto é constituído por atividades estudantis, incluindo: trabalho voluntário organizado pela escola, participação em Conselho de Classe, participação em Conselho de Escola, representante de turma, grêmio estudantil e outras organizações estudantis.

2) Ações políticas não eleitorais. Outro conjunto de variáveis indica a participação individual em ações políticas não eleitorais. Foram consideradas as seguintes atividades: participar de reunião do bairro ou da comunidade, assinar manifesto ou abaixo-assinado, participar de manifestações ou passeatas e participar de greves.

3) Associativismo. Incluímos também, no questionário, um conjunto de atividades de cunho associativista. Segue o elenco de atividades que foram apresentadas ao entrevistado: a) associação comunitária, de moradores ou sociedade de amigos do bairro, b) associação ligada à defesa de direitos de minoria, tais como o movimento negro, indígena, feminista ou de liberdade de opção sexual, c) associação ligada a temas sociais, tais como saúde, educação, moradia, meio ambiente, cultura, d) sindicato, e) orçamento participativo.

Mario Fuks - mariofuks@uol.com.br

Recebido para publicação em outubro de 2010.

Aprovado para publicação em março de 2012.